CONTEXTO PASTORAL

ANO IV ■ JANEIRO/FEVEREIRO DE 1994 ■ Nº 18

Ética ausente; miséria presente

Vanda Freitas

Nunca se falou tanto sobre ética no Brasil como nos últimos dois anos. Tudo começou com a descoberta de que o País era governado por um presidente corrupto, e se completou com a denúncia de uma máfia que atuava dentro do Congresso Nacional. O envolvimento de parlamentares evangélicos não constituiu surpresa mas também merece uma avaliação. CONTEXTO PASTORAL contribui com a reflexão sobre ética na política e amplia o debate ao analisar concepção de evangélicos e católicos sobre o tema da Ética.

ANÁLISE — Páginas 5 a 8

Igrejas contra a Rede Globo

Mais uma vez as igrejas são alvo dos serviços que a Rede Globo de Televisão tem prestado a grupos econômicos interessados na riqueza das terras indígenas. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) denuncia e contesta a manobra.

Página 2

Nova Era: paranóia religiosa

A Nova Era é o mais novo e terrível inimigo da fé cristã. Mas, afinal, do que se trata? O fenômeno da Nova Era e a guerra declarada por evangélicos e católicos são analisados por Marcos Alves da Silva no artigo *Nova Era e a batalha no mercado dos bens simbólicos.*

IDÉIAS — Página 9

Teologia e Economia

Fome, desemprego, miséria. Sacralização do deus-mercado. Idolatria e exclusão. Deus da Vida x Mammon. Estes e outros temas são apresentados no suplemento DEBATE que traz uma profunda reflexão teológica sobre a relação Teologia e Economia e os desafios pastorais.

Editorial

Ousadia e esperança

Esta edição propõe-se a uma tarefa ousada: apresentar panoramicamente uma das mais graves questões para a nacionalidade, qual seja, a crise da ética. E isso, segundo o recorte que nos compete, o bíblico-teológico-pastoral.

Para tanto, vamos desde as questões econômicas até as culturais, passando pela política, este que tem sido, nos últimos tempos, o cenário principal das ocorrências eticamente questionáveis.

Não deixamos de contemplar aspectos pouco discutidos no intuito de ir além dos discursos éticos superficiais da institucionalidade eclesiástica, eivados de tamanha ambigüidade que se mostram incapazes de contribuir no sentido de livrar as igrejas da subordinação à lógica sistêmica.

A despeito das especificidades pastorais, seria impossível deixar de coincidir com temas e discussões que têm mobilizado parcelas inquietas da sociedade brasileira, escandalizadas com a avalanche de fatos lamentáveis com os quais nos deparamos diariamente; e que indicam a existência de uma malha quase instituída de corrupção, por sinal, uma das grandes responsáveis pelas condições de miserabilidade de milhões de compatriotas.

O mais grave é que muitos estão sendo conduzidos a desacreditar das instituições democráticas à medida que o esquema de corrupção vai saindo das sombras. Em verdade, os cristãos brasileiros devem avaliar adequadamente esse processo, isto é, como sintoma do aparecimento de algo até então inexistente em nossa história política: uma cultura genuinamente democrática.

A par das reflexões sobre ética, apresentamos um suplemento dedicado ao que consideramos ser o grande salto qualitativo do pensar teológico latino-americano: a crítica teológica da economia política. Essa produção teológica aponta mais que nada para a nova face do capitalismo planetário, o chamado neoliberalismo.

Em última análise podemos afirmar vigorosamente que, apesar de todas as realidades adversas que as forças anti-Reino vão plasmando, o Espírito não tem-nos deixado à mercê dos acontecimentos. Ficaremos mais convencidos disso após a leitura de todos esses textos.

CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral do **Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais – CEBEP** (Rua Rosa de Gusmão, 543 – 13073-120, Campinas/SP. Tel. e fax 0192-41-1459) e do **Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI** (Rua Santo Amaro, 129 – 22211-230, Rio de Janeiro/RJ. Tel. 021-224-6713 e fax 021-221-3016)

Editores
Luiz Carlos Ramos
Magali do Nascimento Cunha

Editores assistentes
Carlos Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia
(MTb 18.481)

Diagramação
Anita Slade

Fotolito e impressão
Tipológica Comunicação Integrada

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
CR$ 140,00

Assinatura anual
CR$ 1.400,00

Assinatura de apoio
CR$ 1.650,00

Exterior
US$ 15.00

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal.

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Uma publicação conjunta do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Assinatura anual: CR$ 1.400,00
Assinatura de apoio: CR$ 1.650,00
Exterior: US$ 15.00
Número avulso: CR$ 140,00

Os pedidos de assinatura, acompanhados com cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), devem ser enviados para: Jornal Contexto Pastoral – Rua Rosa de Gusmão, 543, Jardim Guanabara, 13073-120, Campinas/SP.

IGREJAS CRISTÃS CONTRA REDE GLOBO

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) representando a expressiva maioria dos cristãos no País, integrado pela Igreja Católica Apostólica Romana (CNBB), Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Cristã Reformada do Brasil e Igreja Ortodoxa Siriana do Brasil, vem de público, como o fez em agosto de 1987, manifestar a sua indignação e inconformidade com matérias inverídicas tendenciosas e de má fé veiculadas pelos meios de comunicação de massa contra os povos indígenas da Amazônia brasileira.

Em 24/1/94, o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão noticiou com destaque um suposto plano de interferência internacional promovido por um desconhecido e inexistente Conselho Mundial de Igrejas Cristãs. A reportagem aludiu ao fato de que esse mesmo Conselho estaria reunido nestes dias na África do Sul. Esta conexão induziu o telespectador a identificar este suposto organismo com o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), com sede em Genebra. Esta relação é totalmente infundada e mentirosa. A matéria peca por desconhecimento e falsa informação. Já foi comprovado que aquele documento a que a matéria faz referência é uma grosseira falsificação como foi demonstrado, de sobejo, na CPI da Internacionalização da Amazônia, através do relatório do Senador Ronan Tito.

Já em 1987, o Conic afirmou que o CMI é um organismo que busca a unidade entre os cristãos e o serviço evangélico à humanidade na promoção da paz e da justiça. Todas as suas atividades em território brasileiro sempre foram pautadas pelas ações das próprias igrejas filiadas, na missão de serviço e testemunho ao povo brasileiro. **O endereço da matéria parece muito claro. Há um articulação que pretende atingir os direitos indígenas garantidos na atual Constituição e duramente conquistados em 1988. Tal pressão se vale da inoportuna revisão constitucional em curso.**

O Conic discorda veementemente dessa manobra que visa confundir informação com serviço a interesses escusos e inconfessados que a Rede Globo de Televisão presta a grupos econômicos interessados na riqueza das terras indígenas. O Conic defende o direito indígena à vida e às decisões autônomas quanto ao seu futuro.

Como afirmou em outra oportunidade, Deus quer o poder a serviço dos pequenos, a riqueza em favor dos famintos, os produtos do trabalho partilhados. Ele quer política, economia, idéias, organismos, relações, planos e projetos, tudo enfim, a serviço da vida.

Porto Alegre, 25 de janeiro de 1994

D. Sinésio Bohn
Presidente do Conic

Obs: Destaques dos editores

"É PRECISO FAZER JUSTIÇA AO EVANGELHO"

ENTREVISTA COM BÄRBEL VON WANTERBERG-POTTER
Por Magali do Nascimento Cunha

A Teologia Feminista e a luta pela ampla participação das mulheres nas igrejas são temas da entrevista com a teóloga e pastora luterana alemã Bärbel von Wartenberg-Potter, que visitou o Brasil em outubro passado. Além de pastorear uma congregação em Stuttgart, Bärbel participa ativamente das atividades da Década Ecumênica de Solidariedade com as Mulheres, estabelecida em 1988 pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Qual a contribuição da Teologia Feminista para as igrejas hoje?

A Teologia Feminista tem desenvolvido uma análise segundo a qual as igrejas, durante dois mil anos, têm sido dominadas por uma perspectiva masculina e por um sistema patriarcal que dão o tom em todos os espaços.

Paulo Roberto Salles Garcia

Hoje chegamos a um ponto em que precisamos aprofundar essas análises e estendê-las para a Teologia, especialmente na Europa que tem olhado para si mesma como um centro de elaboração teológica. O eurocentrismo é parte do sistema que diz não ter qualquer necessidade de que nós, mulheres, partilhemos e enriqueçamos o discurso teológico. As mulheres têm sido excluídas da elaboração teológica.

A Teologia Feminista levanta uma série de questões. Não somente sobre a forma como lemos a Bíblia mas também com relação ao estilo de controle de poder na Igreja, que não tem muita diferença da estrutura de poder da sociedade secular. Esse poder está encoberto por conceitos como "serviço", que sempre escondem sua verdadeira face. Por isso questionamos se a igreja deveria ser como ela é agora, ordenada hierarquicamente. Deveria ela ter um conceito diferente de si mesma como uma comunidade de serviço? Deveríamos nós manter conceitos como "realeza", "messianismo" e "poder maior" quando Jesus foi o Servo Sofredor e lavou os pés das pessoas?

Com a Teologia Feminista, temos demonstrado que, na história destes dois mil anos, o poder masculino e seus conceitos têm tido sucesso enquanto outros têm sido reprimidos. No entanto, percebemos que ainda há espaço para o debate no contexto bíblico sobre o caminho que a Igreja deve seguir.

O que há de comum entre o pensamento teológico feminista no Primeiro e no Terceiro Mundos?

Basicamente há uma compreensão comum porque mulheres nas igrejas do Terceiro Mundo são tão marginalizadas e relegadas quanto as do Primeiro. A causa comum é ajudar umas às outras para enriquecer nosso pensamento teológico, com vistas a propor certos conceitos da Teologia Feminista em diferentes contextos. Temos refletido seriamente a respeito dos diferentes conceitos teológicos de acordo com os diferentes contextos — situação histórica, social e política na qual vivemos.

Temos sempre que lembrar que, como mulheres, nós somos vítimas da estrutura patriarcal e algumas vezes nós estamos perpetuando este sistema injusto, na medida em que participamos dele e levamos outros homens e mulheres a serem vítimas. Há muitas coisas de que nós, mulheres do Primeiro Mundo, precisamos estar conscientes à medida que fazemos teologia.

Como tem-se dado a reflexão sobre a participação das mulheres nas igrejas?

Na Alemanha temos agora a primeira episcopisa na Igreja Luterana. Para nós foi uma grande surpresa, de certa forma, mas um grande encorajamento nesta Década de Solidariedade com as Mulheres (1988-1998), que tem como um dos objetivos aumentar a participação das mulheres na liderança das igrejas.

Contudo, temos avançado pouco. Somos muito poucas mulheres nas posições de liderança e na educação teológica, e as que lá estão freqüentemente não possuem a perspectiva feminista. Há mais mulheres agora atuando entre os leigos, em sínodos, concílios locais. Esse número está crescendo consideravelmente, o que torna possível que um sínodo eleja uma episcopisa enquanto conselhos de igrejas nunca fariam tal coisa porque eles são realmente dominados por homens.

Desta forma, a falta de mulheres na liderança reflete a falta de democracia nas igrejas.

O que pode ser feito neste sentido?

As igrejas precisam se comprometer em garantir espaço para as mulheres na liderança utilizando-o num sistema proporcional inclusivo. O CMI e a Federação Luterana Mundial têm feito isso. Durante minha visita ao Brasil,

As mulheres têm sido excluídas da elaboração teológica

encontrei várias teólogas que somente chegaram onde estão porque ganharam bolsas de estudo destinadas por entidades ecumênicas ou igrejas nos Estados Unidos, por meio do sistema proporcional.

Temos que tornar visível o fato de que as mulheres têm agora uma voz e que suas questões adquirem em si peso suficiente para terem espaço garantido.

O processo de ordenação feminina está consolidado ou há ainda um longo caminho a percorrer?

Há agora mais e mais mulheres estudando teologia e vindo para o ministério pastoral. A ordenação é inegociável e deverá ser fato em outras igrejas também porque nós não podemos esconder que no século XX metade ou mais das pessoas do mundo estão nas igrejas em que as mulheres são maioria. A Teologia Feminista, em suas descobertas exegéticas, tem reivindicado o reconhecimento de que a Igreja Primitiva foi liderada por muitas mulheres, igualitariamente. Se lemos Romanos 16, encontramos um número igual de nomes de mulheres e homens, o que demonstra que havia igual partilha na liderança das congregações naquela época.

Quais os progressos alcançados pela Década de Solidariedade?

Uma episcopisa na Igreja Luterana na Alemanha é um exemplo. Sem a Década nós não teríamos uma mulher nessa situação porque as igrejas-membros do CMI se comprometeram a aumentar a participação das mulheres na liderança. Pode-se perceber que a Década fornece um quadro em que as aspirações das mulheres recebem um peso político maior do que anteriormente porque as igrejas tiveram que assumir isso mais seriamente. Elas têm que provar que fizeram alguma coisa porque se comprometeram com a causa da Década.

As coisas têm acontecido em distintos níveis nas diferentes igrejas; todavia, de um modo geral, o que tem acontecido encoraja o movimento das mulheres que estão desafiando as igrejas com documentos nas mãos e perguntando: "Vocês, como membros do CMI, se comprometeram; então, o que estão fazendo e o que pretendem fazer?".

Outra contribuição é não restringir a questão da mulher somente à total participação mas também compreendê-la como um desafio ao pensamento teológico e às estruturas de poder das igrejas. Essa é uma outra tarefa para o movimento ecumênico.

Nós temos que conclamar os líderes das igrejas a se conscientizarem sobre as análises de como a Igreja Primitiva transformou-se de um sistema masculino excludente para uma comunidade de iguais e como as igrejas na história desfizeram isso, excluindo as mulheres da reflexão teológica, tornando-as invisíveis e silenciando-as.

Estas são questões profundas para as igrejas — a compreensão teológica do Evangelho, a participação numérica

A falta de mulheres na liderança reflete a falta de democracia nas igrejas

das mulheres na liderança —, a fim de tornar visíveis a realidade feminina, sua experiência espiritual e seu poder de liderança. A Igreja torna-se mais pobre sem a liderança das mulheres. Fazer isso é fazer justiça ao documento mais importante da Igreja: o Evangelho.

Podemos esperar uma mulher como secretária-geral do CMI?

Nas igrejas, o sexismo está muito mais enraizado do que o racismo. Por exemplo, foi possível para Phillip Potter ser eleito secretário geral do CMI sendo negro, do Terceiro Mundo. Mas uma secretária-geral é ainda algo inconcebível para a estrutura das igrejas. Nós ainda temos um longo caminho a percorrer. Chegaremos lá mas temos que trabalhar para isso. Já alcançamos muita coisa na estrutura do CMI nos últimos anos e temos mulheres em posição de liderança.

CEBs e "massa"

Será realizado em Goiânia (GO) durante os dias 31/1 a 4/2 o Seminário Nacional de CEBs. A principal discussão deve girar em torno da relação CEBs e "massa", com a presença de diversos assessores, como José Oscar Beozzo, João Batista Libânio, Clodovis Boff, entre outros. A questão ecumênica promete ser também objeto de reflexão.

Nos dois dias posteriores ao Seminário, vai acontecer um encontro da Equipe Ampliada Nacional, cujo objetivo principal é continuar as reflexões em torno do 9º Encontro Intereclesial de CEBs (Maranhão, 1996). Participam dessa comissão ampliada dois representantes evangélicos.

Entidades evangélicas de *pilantropia*

No roldão de escândalos levantados pela CPI da Corrupção, o Tribunal de Contas da União (TCU) deparou-se com os altos valores recebidos por quatro instituições evangélicas do Rio de Janeiro. A quantia recebida nos últimos quatro anos por estas ultrapassa US$ 8 milhões.

As entidades fazem parte da Estrutura dos Serviços Sociais Evangélicos, sob a liderança da Confederação Brasileira de Serviços de Assistência Social Evangélica (Conbrase) e constituídas do Serviço de Assistência Social Evangélico (Sase), da Associação Promotora do Evangelismo (Ape), que engloba a rádio AM Boas Novas, e da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil (Omeb).

O pastor presbiteriano Isaías Maciel é o diretor das quatro entidades, as quais, apesar das grandes somas recebidas, não prestaram contas ao TCU e nem possuem documentos que comprovem a utilização destes recursos. O Sase já havia sido acusado de fraudar o INSS em 1982, como também foi denunciado, em 86, por negligência no atendimento médico. Só o Conbrase recebeu mais dinheiro do que onze estados juntos, e é o campeão de recebimento em subvenções sociais do orçamento de 1991 (*Jornal do Brasil*, 6 e 21/11/93; *O Dia*, 23/11/93; e *O Globo*, 9/11/93).

No ar, a TV Católica

A inauguração da TV Vida, a rede de televisão católica, está prevista para julho deste ano. O Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (Inbrac) pretende investir US$ 50 milhões na criação da nova emissora.

A princípio a emissora vai gerar imagens para 110 cidades da região de São José do Rio Preto, interior paulista onde o canal de transmissão ficará instalado. O plano para o futuro, no entanto, é transformar a TV Vida numa rede nacional de televisão. A meta é atingir 7,5 mil paróquias em todo o País. Os representantes do Inbrac negam que a TV Vida esteja sendo criada para fazer frente aos programas de televisão comandados por igrejas evangélicas e os novos movimentos religiosos emergentes. (*JB*, 4/11/93).

PRIMEIRA JORNADA ECUMÊNICA

Os anos de 1990 trazem ao mundo desafios desenhados pela conjuntura sociopolítica e econômica e pela própria virada do século que se aproxima.

Diante deste momento há necessidade de se fazer um balanço do movimento ecumênico, destacando questões e apontando perspectivas para o futuro do ecumenismo.

Como um primeiro passo em direção a esta reflexão, o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI convoca a Primeira Jornada Ecumênica, um importante encontro que reunirá representantes da comunidade ecumênica brasileira. O evento será realizado de 11 a 16 de outubro na Fazenda São José das Paineiras em Mendes/RJ, e será uma promoção do Conselho Mundial de Igrejas, co-patrocinada pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

A Jornada é dirigida a pessoas e grupos interessados em refletir as questões do ecumenismo; leigos e clérigos vinculados a igrejas, projetos e entidades ecumênicas de serviço; professores e alunos de instituições de ensino teológico.

Temário. Para permitir uma reflexão ampla de temas relacionados às questões ecumênicas, o evento está organizado a partir de três módulos centrais, a partir dos quais serão desenvolvidas oficinas. Os módulos e as respectivas oficinas são: Unidade Cristã (Bíblia, Liturgia e Simbólica, Espiritualidade e Formação); Igreja e Sociedade (Teologia e Economia, Teologia e Política, Cidadania e Dignidade); e Diálogo pluricultural (Teologia Negra, Mulher e Teologia, Novos Movimentos Religiosos).

Além dos assessores permanentes do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI, serão convidados outros assessores (teólogos, biblistas e cientistas da religião) com destaque no Brasil e no exterior.

Aos interessados em participar da Primeira Jornada Ecumênica será solicitada uma taxa referente apenas a despesas de hospedagem (alojamento e refeições). Nas próximas edições veja como participar.

ELEIÇÕES e IGREJAS

Campanha de 1994 esquenta no meio evangélico

O jornal *Semeador*, da Assembléia de Deus de Madureira, dedica várias páginas ao "grande amigo dos evangélicos no Brasil", o governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, um dos políticos envolvidos com o esquema de corrupção na Comissão de Orçamento. Ele acaba de doar um terreno de 123.312 m^2 no Setor de Mansões de Brasília para a Igreja, que cederá uma parte para abrigar a sede do recém-fundado Conselho Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB), uma aliança da Assembléia de Deus de Madureira com a Igreja Universal do Reino de Deus.

O jornal *Folha Universal*, da Igreja Universal, publica longa entrevista com Paulo Maluf.

O líder nacional da Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonep) promove reunião com líderes evangélicos para falar de um sonho em que foi-lhe revelado o nome de Íris Rezende como o candidato de Deus à Presidência da República. (*Boletim do MEP — Movimento Evangélico Progressista — n. 1, dezembro de 1993*).

Quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir, veja e ouça! É chegada a hora...

Publicações

CONFLITOS NO CAMPO

O conflito pela terra; a luta pela vida e pelo direito de ser cidadão; a infâmia da escravidão; a Polícia Militar e a luta pela terra; iniciativas populares e a participação da sociedade civil; o trabalho escravo no Brasil; a solidariedade das igrejas. Estes e muitos outros temas estão reunidos no relatório anual da Comissão Pastoral da Terra "Conflitos no Campo — Brasil 1992".

Sob a forma de relatos, tabelas e gráficos, a pesquisa "desnuda um quadro dramático no campo brasileiro. A violência e a impunidade 'campeiam' pelo País, deixando atrás de si um rastro de injustiça e dor". Para os que se solidarizam com camponeses, sem-terra, trabalhadores rurais, os quais vivem lutando por melhores condições de vida no campo, "Conflitos no Campo — Brasil 1992" é leitura obrigatória.

Os pedidos podem ser feitos à: CPT — Setor de Documentação: Rua 19, nº 35, Centro, Caixa Postal 749, 74001-970, Goiânia, GO, tel.: (062) 224-4436, telefax: (062) 225-4967.

PODES CRER, É INCRÍVEL!

Ensaios poéticos, meditações e subsídios para professores de Educação Religiosa redigidos e organizados em livro pelo educador, poeta e pastor presbiteriano Carlos Alberto Rodrigues Alves. Leitura essencial para quem acredita que "a Educação Religiosa está aí pra gente ser feliz". Uma publicação conjunta de Assintec (Associação Interconfessional de Curitiba), Cebep (Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais) e Celadec (Comissão Evangélica Latino-americana de Educação Cristã).

Pedidos ao Cebep — Rua Rosa de Gusmão, 543 — 13073-120 — Campinas/SP. Tel. (0192) 411459.

Ética: fragmentos de um conceito quase extinto...

Paulo Cézar Loureiro Botas

Todo o ser incapaz de fazer parte de uma koinonia *—ou porque não tem nenhuma necessidade de tal inserção ou porque se basta a si mesmo — classifica-se entre "os deuses" ou entre "os animais".*
(Aristóteles, Política I, 1253ss)

A ética está subordinada à política que tem por fim (*telos*) o Bem propriamente humano (*to agathon anthropinon*), e se o Bem depende da política é porque a humanidade do homem está vinculada a uma comunidade (*koinonia*) e a cidade (*polis*) constitui o fim de toda a comunidade. A ética nos dá um conhecimento aproximado do Belo e do Justo e a política tem a responsabilidade de atingir o Bem.

Estes conceitos aristotélicos estão distantes da nossa realidade atual. Vivemos no mundo onde os valores comunitários foram sufocados pelos valores da ascensão burguesa e o sucesso é medido pela acumulação de riquezas em detrimento do Bem Comum. Os anúncios de televisão nos conduzem, ou melhor, nos bombardeiam com os carros importados, casas de campo e de praia, viagens, dinheiros, griffes e homens bem-sucedidos detentores dos prazeres dos corpos fragmentados de belas mulheres. Nunca o apelo às dietas foi tão grande num país de miseráveis e famintos. O padrão de beleza é ditado pelas linhas quase esquálidas ao mesmo tempo que, para os homens, a magreza pode ser sinal e estigma da AIDS... é preciso "malhar"...

No entanto, o Bem Comum — este conceito da antigüidade — deveria voltar a ser o paradigma para nossos estadistas e para a sociedade civil.

Luz para nosso mundo? Quantos em nossas instituições se autoproclamam deuses e agem como animais? Quantos se auto-intitulam demiurgos da realidade e cidadãos acima de quaisquer suspeitas? "Os filhos das trevas são mais espertos que os filhos da luz", reza o evangelista.

Estamos vivendo uma ruptura da ética com a política e a crítica demolidora da razão foi a responsável por isso. É necessário reconstruir os laços entre a ética e a política tendo como horizonte o Bem Comum e a *koinonia*.

No século XVIII radicalizou-se a idéia de que a moral era dissociável da religião. A religião não era necessária para fundar o comportamento virtuoso e, na maioria das vezes, o impedia. A idéia dos filósofos era que, uma vez afastado o fundamento religioso, seria possível basear a moral em fundamentos leigos e seculares. A Ilustração propunha três possibilidades quanto à natureza destes fundamentos seculares:

1. *A jusnaturalista* — O fundamento da moral é a conformidade do comportamento humano com a lei da natureza.

2. *A empirista* — O fundamento da moral seriam as sensações do prazer e do desprazer, do agradável e do desagradável. O homem é movido naturalmente pelo desejo de buscar o seu prazer e evitar o desprazer.

3. *A kantiana* — A norma se funda na conformidade com a própria razão. A moralidade não se funda nem na natureza nem nas sensações mas na razão. É o *imperativo categórico*: o indivíduo testa a máxima de suas ações para saber em que medida ela é generalizável. Caso fosse querida por todos e sem contradição interna, assumiria o estatuto de lei universal.

Na Ilustração, as velhas éticas comunitárias da antigüidade foram relegadas ao segundo plano. Não importam mais as obrigações do indivíduo em relação à *polis* ou ao Bem Comum. O homem é visto como um átomo, uma mônada.

Criou-se uma ética da felicidade individual impensável numa perspectiva comunitária em que o Bem Comum prevalece sobre a auto-realização individual. O indivíduo, enquanto átomo isolado, é também uma instância soberana capaz de sobrepor-se às regras e às leis embutidas na comunidade e de julgá-las do cimo da sua auto-suficiência.

Vivemos no mundo onde os valores comunitários foram sufocados pelos valores da ascensão burguesa e o sucesso é medido pela acumulação de riquezas em detrimento do Bem Comum

As duas conseqüências do individualismo ético da Ilustração foram o "eudemonismo", ou seja, o direito à felicidade e a auto-realização; e o "descentramento", o direito à crítica, o direito de assumir uma posição de exterioridade com relação às normas sociais... sem medo de ser feliz...

No momento atual, estamos entre o hedonismo sem princípios e o ceticismo. A razão cínica se impõe... Uma tentativa de solução é recolocar a moral

Estamos vivendo uma ruptura da ética com a política e a crítica demolidora da razão foi a responsável por isso

sob fundamentos religiosos e, neste momento, saem alguns coelhos da cartola: os fundamentalismos evangélicos e carismáticos, os esoterismos eclético de florais, tarôs, runas, pirâmides, cristais, energias, etc.

Devemos, mais que nunca, afirmar que o indivíduo só existe numa interação que pressupõe o reconhecimento da dignidade e da integridade de cada participante. O direito à diferença e à pluralidade. O fantasma do racismo se avizinha neste final de século e um novo *apartheid* se constrói entre as classes: os bandidos em cargos públicos que roubam grande e os que roubam as quinquilharias dos que usam *black-tie* e que têm acesso aos vídeos, TVs, CDs, tapes, computadores, numa rapinagem geral: afinal, "ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão"...

Mas a Campanha da Fome criou o amálgama em que todos podem estar contribuindo para as cestas básicas ainda que continuem rapinando, conspirando, traficando, estuprando, mentindo, enganando, lucrando, dolarizando, "caixa-doizando", empresariando, politicando, torturando, "PCeizando", rezando, discriminando, etc...

Mesmo nas campanhas eleitorais, e estamos para viver uma proximamente, "havia uma farsa em que se apresentava uma prestação de contas de campanha, receita e despesas, uma coisa sempre milagrosamente coincidindo com a outra e a Justiça Eleitoral dizia que estava certo. Ninguém perguntava de onde o dinheiro tinha vindo e como tinha sido gasto." (Bolivar Lamounier, *in* Páginas Amarelas, Veja, 29 de dezembro de 1993).

E continuamos "malufando", "lulando", "cutizando", "cebeizando", "onganiando", numa busca frenética de prestígio, poder e dinheiro, onde burocratizando acabamos numa disputa inter-pares sem a mediação do Bem Comum.

Mas... a fome nos irmana... Do Comando Vermelho a d. Eugênio Salles. "Ninguém menos que o casal Carlos Alberto Brilhante Ulstra, ex-chefe do DOI-CODI em São Paulo, recolhe donativos para a campanha de Betinho há dois meses, na paróquia N. S. do Lago, em Brasília" (*in* Veja, 29 de dezembro de 1993); afinal, repressão por repressão, a da Igreja é mais antiga e mais douta... os Inquisidores que o digam.

Estamos assim neste final de século: sem ética nem política, sem norte sem sul, mas sobretudo com o desafio de se fazerem novas todas as coisas.

"A enfermidade do Brasil, Senhor, é, como a do menino Batista, pecado original. —Santo Tomás e os teólogos definem o pecado original com aquelas palavras tomadas de Santo Anselmo: Est privatio justitiae debitae. *Falta da devida justiça. —Bem sei de que justiça falam os teólogos, e o sentido em que entendem as palavras, mas a nós, que só buscamos a semelhança, servem-nos assim como soam. É pois a doença do Brasil* privatio justitiae debitae. *Falta da devida justiça, assim da justiça punitiva, que castiga maus, como da justiça distributiva que premia bons. Prêmio e castigo são dois*

Devemos, mais que nunca, afirmar que o indivíduo só existe numa interação que pressupõe o reconhecimento da dignidade e da integridade de cada participante

pólos em que se resolve e sustenta a conservação de qualquer monarquia, e porque ambos estes faltaram sempre ao Brasil, por isso se arruinou e caiu. Sem justiça não há reino, nem província, nem cidade, nem ainda companhia de ladrões que possa conservar-se (...) Houve roubos, houve homicídios, houve desobediência, houve outros delitos muitos e enormes, que não sei se chegaram a tocar na religião, mas nunca houve castigo, nunca houve um rigor que se fizesse exemplo. Muitos bandos se lançaram muito justos, muitas ordens se deram muito acertadas, mas, como disse Aristóteles, as leis não são boas porque bem se mandam, senão porque bem se guardam. Que importa se fossem justos os bandos, se não guardavam mais que se mandara o que se proibia? Que importa que fossem acertadas as ordens se nunca foi castigado quem as quebrou, e pode ser que nem seja repreendido?" (Vieira, Sermão da Visitação de Nossa Senhora, 1640).

Nada de novo debaixo deste sol tropical... Vaidade das Vaidades!

Paulo Cézar Loureiro Botas é filósofo e assessor do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

A ética e o Congresso Nacional

Paulo R. Schilling

Há no Congresso uma velha cultura negocista, que negocia tudo, até a mãe.
José Paulo Bisol, senador (PSB/RS), 13/1/94

Durante a ditadura militar (1964-85), a atuação do Congresso foi reduzida ao mínimo. Sempre que surgia algum sinal de insubordinação, novas cassações e novo recesso. O sistema bipartidário imposto pelos militares proporcionava somente uma aparência democrática para uso externo: satisfazer os contribuintes norte-americanos, os financiadores do golpe.

O governo Sarney, para assegurar uma maioria no Legislativo, restabeleceu e aperfeiçoou práticas vigentes durante os "anos populistas" nas relações entre o Executivo e o Congresso: tráfico de influência, concessão de favores e privilégios e corrupção administrativa. O "é dando que se recebe" foi institucionalizado. A grande efetividade dessa prática foi demonstrada em muitas oportunidades, especialmente duas: quando a CPI, que deveria apurar a corrupção do Executivo, "terminou em *pizza*"; e por ocasião da votação do mandato de cinco anos.

A corrupção institucionalizada pela dupla Collor-PC Farias — não a maior (as negociatas da ditadura atingiram bilhões de dólares), mas a mais descarada e escandalosa da história — não foi denunciada pelo Congresso, "o aparelho de vigilância do sistema democrático". Não fosse a briga Fernando-Pedro, certamente Collor teria chegado incólume ao fim do seu mandato. Os milhões que levaram às ruas a indignação do povo e a exigência de uma "basta" forçaram o Congresso a votar o *impeachment*.

Silêncio cúmplice

Os constituintes de 1988 asseguraram a si mesmos o privilégio de participar da elaboração do Orçamento da União. Esta autoconcessão originou o vergonhoso processo de corrupção que estamos vivenciando. Ao incluírem no orçamento verbas sociais destinadas a entidades fantasmas ou constituídas por seus próprios familiares, ou autorizando a construção de obras públicas em currais eleitorais, digitadas pela máfia das empreiteiras, os senhores deputados e senadores arquivaram todos os escrúpulos e abdicaram dos mais elementares princípios da ética.

Durante os anos 1989-93, os orçamentos foram manipulados pelos "sete anões", liderados pelo "capo" João Alves. Este movimentou em suas contas bancárias uma importância superior a US$ 50 milhões. Seus colegas da Comissão de Orçamento e algumas dezenas de deputados e senadores se locupletaram com recursos menores, porém igualmente milionários. A profundidade e a extensão do processo corruptor foram fantásticas, atingindo até mesmo dois sucessivos presidentes do Senado, Mauro Benevides e Humberto Lucena e um "muito bem conceituado" presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, que despontava como candidato à Presidência da República.

Não satisfeita com a inclusão "normal" de emendas, assegurada a impunidade total, a máfia chegou ao cúmulo de introduzir no orçamento de 1992, pela mão do relator Ricardo Fiúza, mais de 700 emendas, provenientes de mais de cem deputados, após o mesmo ter sido encerrado e votado. Fiúza, nomeado por Collor para o Ministério do Bem-estar Social, autorizou então a liberação dos recursos referentes às emendas por ele mesmo introduzidas subrepticiamente no orçamento. Manobra "genial", digna de ser incluída numa antologia mundial de corrupção.

Praticamente todos no Congresso — senadores, deputados, assessores e jornalistas que trabalham na cobertura parlamentar — sabiam das práticas fraudulentas, porém "validaram-nas" com o silêncio. Verificou-se apenas uma tentativa de investigar a monumental fraude. O senador Eduardo Suplicy e o deputado Jacques Wagner conseguiram, em 1991, assinaturas necessárias para a formação de uma CPI. Porém, os então presidentes do Senado e da Câmara, Mauro Benevides e Ibsen Pinheiro, sabotaram grosseiramente a iniciativa de apuração das práticas fraudulentas (com a não-indicação dos membros integrantes e permitindo a prescrição do prazo legal), que tiveram vigência plena por mais dois anos.

Uma vez mais, o escândalo veio à tona não em conseqüência da vigilância do Congresso e sim de um caso pessoal: o assassinato da mulher de um assessor parlamentar que durante todos esses anos fora o redator praticamente exclusivo do Orçamento (comprovando a incompetência dos parlamentares: todos "comiam" pela mão dele).

Corrupção regulamentada

No final de outubro, a situação da CPI era frustrante. Era evidente o pouco ou nenhum interessse da maioria em apurar efetivamente os fatos delitivos, por autodefesa ou espírito corporativo.

Recuperar a dignidade perdida no Parlamento é o único meio de anular a perigosa proliferação de teses golpistas — *a fujimorização*

Com meia dúzia de deputados e os senadores Bisol e Suplicy fazendo de tudo para cortar em profundidade, enquanto outros atuavam na base do "deixa disso", a perspectiva era de que a CPI terminasse uma vez mais em *pizza*.

Novamente em razão de acontecimento fortuito, o processo de desmascaramento das fraudes atingiu uma nova e formidável dimensão. Os documentos encontrados na casa de um dos "capos" da maior empreiteira do País revelariam as gigantescas dimensões da *grande corrupção*, o assalto organizado ao patrimônio público. Ficou definitivamente provado aquilo que todos desconfiavam, intuíam ou sabiam, mas que ninguém ousara investigar em profundidade: a existência de uma enorme organização delitiva, um verdadeiro centro de poder ou um governo paralelo que controlava, organicamente, as relações entre o Poder Legislativo e o Executivo com as empresas do setor privado que monopolizam a construção de obras públicas em todo o País.

Estabelecera-se um monopólio, ou melhor, um oligopólio com poder suficiente para promover e disciplinar o saque aos cofres públicos. Este não era — como há muitas décadas — praticado individual e anarquicamente por algumas empreiteiras atuando de forma isolada. Aparentemente, graças à "genialidade" dos chefões da Norberto Odebrecht, os empreiteiros haviam constituído uma máfia, logrando a unidade do setor, o que lhes permitia um assalto organizado, coletivo, mais intenso, maciço, mais lucrativo e com menores riscos ao erário público.

Uma dúzia das grandes empreiteiras dividiam entre si as obras públicas. Para evitar denúncias, partilhavam as mesmas obras com empreiteiras menores, à base de subempreitadas.

A regulamentação da corrupção chegou ao limite de estabelecer os valores de cada concorrência, tornando a licitação uma farsa. Obviamente por preços tremendamente faturados. Chegou-se a estabelecer a porcentagem das comissões a serem distribuídas (36%), em forma também regulamentada, a parlamentares, políticos e funcionários altamente categorizados do Poder Executivo. Aos "amigos", como classificam os documentos da Odebrecht.

Operação plástica x cirurgia profunda

Considerando o grande número de parlamentares comprovadamente "sócios ativos" da corrupção (os que se locupletaram com dinheiro público via emendas sociais ou com propinas de empreiteiras) ou "passivos" (os que ajudaram a manter a máfia com seu silêncio cúmplice), uma simples operação plástica destinada a melhorar a aparência — horrível — do Congresso não resolverá o problema. A solução de "punir alguns poucos para restabelecer a credibilidade de muitos" seria uma fraude a mais. Ao invés de plástica, será necessária uma cirurgia profunda, que extirpe definitivamente o câncer da corrupção do organismo do Congresso, por maiores que sejam os riscos inerentes.

Somente por meio de um expurgo em grande escala (via cassação de mandatos dos que já tenham sua culpabilidade comprovada pela CPI e pela não-eleição dos suspeitos) é que a ética poderá ser restabelecida no seio do Congresso. Recuperar a dignidade perdida no Parlamento é o único meio de anular a perigosa proliferação de teses golpistas — a *fujimorização*.

Para conseguir uma "operação limpeza" via eleições, é absolutamente necessária a revogação da vergonhosa lei eleitoral recentemente aprovada pelo Congresso. Em pânico ante o escândalo das "sobras eleitorais" de Collor-PC Farias, obtidas por meio de contribuições ilegais das grandes empresas (até então proibidas), os senhores deputados apressaram-se para "regular" as contribuições eleitorais, tornando legais as contribuições de pessoas jurídicas.

Incrível: legalizaram a fraude, legitimaram a interferência empresarial no processo eleitoral. A atuação de bancos, monopólios nacionais e estrangeiros, e de empreiteiras na disputa pelo voto é a própria negação da democracia.

Somente por intermédio de uma regulamentação dura, que impeça definitivamente a ação do poder econômico nas eleições, que restrinja ao mínimo a influência dos monopólios da mídia, o voto dos setores mais humildes e despolitizados da população deixará de ser objeto de compra-venda e passará a ser uma arma efetiva no processo de emancipação do País e na edificação de uma sociedade socialmente mais justa.

Paulo R. Schilling, jornalista e escritor, é coordenador do Projeto Dívida Externa e Conjuntura do CEDI.

Considerações sobre uma ausência

José Bittencourt Filho

A unidade essencial de moralidade, cultura e religião se rompe sob as condições da existência, e nos processos da vida só resta dela uma versão ambígua. Contudo, uma reunião sem ambigüidade, embora fragmentária, é possível sob o impacto do Espírito divino.
(P. Tillich)

A solicitação de falar sobre Ética e Protestantismo prende-se aos escândalos recentes que abalam o Poder Legislativo, e nos quais se encontram envolvidos diretamente vários dos parlamentares e, indiretamente, eminentes lideranças do mundo evangélico.

De certa maneira, tais comprometimentos já eram intuídos pelos analistas mais lúcidos. A famigerada bancada evangélica alardeava sua condição de representante da maioria silenciosa da sociedade brasileira, no tocante a questões morais. Como efeito adicional, essa atribuição atraiu a simpatia de segmentos conservadores e direitistas do Congresso. Essa bancada, como se sabe, em grande parte descambou para o fisiologismo, adaptando-se rapidamente ao jogo do poder. Por sinal, tão rapidamente, que a maioria dos parlamentares que compuseram a bancada não conseguiu a reeleição para a atual legislatura.

Desinformação a serviço de ambições

No entanto, existem ainda antecedentes dignos de menção. A grande maioria dos parlamentares evangélicos elegeu-se comprometida com interesses corporativos de denominações cujo crescimento numérico, financeiro e patrimonial veio a exigir representação no poder constituído; sobremodo pelo afã de expandirem o controle sobre meios de comunicação que, por determinação constitucional, são concessões do Estado. Esses interesses corporativos mesclaram-se com tendências ideológicas conservadoras e até mesmo com manipulações eleitoreiras.

Na campanha presidencial de 1989 o então candidato Fernando Collor açambarcou boa parcela do eleitorado evangélico graças a um estratagema secundado por algumas renomadas lideranças denominacionais. No segundo turno, ele divulgou a versão de que Luís Inácio Lula da Silva teria um pacto com o catolicismo romano, e que uma vez eleito iria adotar uma conduta persecutória contra os evangélicos.

A despeito dos amplos setores católicos que não emprestavam seu apoio a Lula, e os segmentos evangélicos que o apoiavam publicamente, essa versão inverossímil foi assimilada. Vale reiterar que foram as próprias lideranças denominacionais as portadoras e mantenedoras dessa invenção inescrupulosa.

Não falta, no âmbito evangélico, quem tente atenuar esse episódio, apontando o radicalismo ideológico de Lula e as idiossincrasias do PT como responsáveis pelos temores do povo evangélico. É surpreendente que haja pessoas capazes de tentar justificar uma manobra sórdida do sr. Collor e de seus aliados nessa manipulação — lideranças evangélicas de renome nacional. Estas não hesitaram, portanto, em distorcer os fatos, reforçar a desinformação e se subordinarem a expedientes ideológicos e eleitorais questionáveis.

Nesta altura é oportuno sublinhar dois aspectos. O primeiro é que não sou partidário do PT nem votei em Lula no primeiro turno. Em segundo, que não faltaram candidaturas nem grupos militantes evangélicos de orientação claramente progressista. Entretanto, foram e permanecem sendo minorias. Apresentei essa ocorrência exemplar da eleição presidencial no propósito de corroborar minhas considerações sobre a discussão em tela — a ética e o protestantismo brasileiro.

Ausência ética, indigência teológica

Os fatos conjunturais têm inspirado uma mobilização nacional em torno da recuperação da ética, no conjunto das relações sociais, e sobretudo no plano da administração pública. Essa reflexão tornou-se imprescindível em decorrência da crise de valores que incidiu sobre o País e da qual a violência crescente é o maior indício.

Ao falar em reflexão devemos lembrar que ética, em sentido estrito, consiste numa apreciação dos problemas fundamentais da moral e do conjunto das normas de conduta tidas como universalmente válidas; diferenciando-se com isso da moral aplicada. Acrescente-se a existência da ética teológica, que efetua o mesmo exercício racional sob a luz de subsídios bíblico-teológicos. Tais distinções operacionais são pertinentes posto que, no protestantismo brasileiro, mais do que nunca, a temática moral vem sendo hipertrofiada em detrimento da ética.

Pelo exposto já conseguimos detectar uma das causas do déficit ético no protestantismo tupiniquim: a indigência teológica. Esta decorre de limitações acumuladas ao longo da história recente do País, já discutidas reiteradas vezes. Em virtude dessas limitações, as instituições oficiais de ensino teológico nas igrejas do Protestantismo de Missão acabaram por se restringir à tarefa da reprodução de conhecimento.

Por outro lado, surgiram no contexto evangélico centenas, talvez milhares, de seminários reconhecidamente descredenciados academicamente. Alguns chegam mesmo a tangenciar a aberração. Assim sendo, o que poderíamos esperar senão que apenas e tão-somente minorias críticas e dispersas sejam capazes de cultivar posturas éticas consistentes e conseqüentes?

O mais grave é que o agigantamento de certas denominações ensejou uma luta sem quartel pela disputa da hegemonia no campo religioso, acarretando conseqüências dramáticas. A inclinação corrupta dos parlamentares evangélicos e o confinamento das igrejas históricas são apenas as mais notórias. Nessa mesma linha, detecta-se outra distorção gravíssima: a adoção do critério de maioria como inexpugnável!

Nunca é demais relembrar que o ponto de vista bíblico sobre a pecaminosidade da condição humana constitui-se como salvaguarda contra todas as formas irrestritas de poder, estatal, religioso, assim como das maiorias. Nessa perspectiva não se podem, como vai se tornando recorrente, contornar questões éticas da maior gravidade ou simplesmente descartar legados históricos preciosos, apenas em função do expansionismo.

Crescer a qualquer preço

A tendência do denominacionalismo brasileiro tem sido historicamente reduzir as questões éticas ao campo da moralidade e dos costumes. Sabe-se que essa conduta vincula-se diretamente à condição minoritária dos evangélicos na sociedade brasileira. Agora, quando se vislumbra um crescimento numérico aparentemente ilimitado, ao contrário das expectativas otimistas, o que ocorre não é um incremento da sensibilidade política para com os problemas dos desfavorecidos.

A nova situação está a exigir que se coloque sob o crivo da ética, entre outras questões: a participação no poder constituído; o uso dos meios massivos de comunicação; o potencial formador de opinião; os mecanismos de controle ideológico; e congêneres. Tudo isso sem mencionar a problemática teológico-pastoral específica.

A guisa de conclusão, pode-se dizer que no protestantismo brasileiro atual, exceto no contexto das minorias com orientação ecumênica, ainda não se disseminou um genuíno empenho ético, frustrado, entre outros fatores, pela indigência teológica e pela ideologia do crescimento.

José Bittencourt Filho, pastor da Igreja Presbiteriana Unida, é mestre em Ciências da Religião e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

EVANGÉLICOS E CORRUPÇÃO

A con(v)ivência com a corrupção não é constituinte do "espírito protestante", contudo alguns "deputados evangélicos" são protagonistas nos recentes escândalos públicos nacionais:

Eraldo Tinoco (Igreja Batista, PFL/BA) — Um dos campeões das emendas orçamentárias, acusado de ter auxiliado o então relator geral, Ricardo Fiúza, na adulteração do orçamento de 1992, mesmo depois de aprovado.

Itsuo Takayama (Assembléia de Deus, PSD/MT) — O "ingênuo" deputado do passe de US$ 30 mil que afirmou não encontrar na Bíblia motivo para não aceitar o dinheiro oferecido pelo PSD para que entrasse no partido.

João de Deus (Assembléia de Deus, PPR/RS) — Repassou por meio de subvenções sociais US$ 64 mil a uma instituição evangélica, dos quais US$ 39 mil foram parar nas mãos do próprio deputado. Também não declarou no Imposto de Renda US$ 20 mil que teria recebido como cachê de pregações realizadas no exterior.

Manoel Moreira (Assembléia de Deus, PMDB/SP) — Um dos "anões" do Orçamento. Durante o exercício de seu mandato parlamentar, seu patrimônio teve um súbito aumento de US$ 3,29 milhões graças às negociatas na Comissão do Orçamento.

Matheus Iensen (Assembléia de Deus, PTB/PR) — Acusado de ter recebido US$ 200 mil do ex-presidente Collor para votar contra o *impeachment*. Não compareceu à primeira chamada para a votação e na segunda, quando o afastamento já estava determinado, votou a favor do *impeachment*.

Fonte: Documentação do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

As malhas do pescador: a ética na *Veritatis Splendor*

César Roberto de Vasconcellos Lapa

Como uma "caça às bruxas", a cúpula da Igreja Católica propõe uma cruzada implacável contra teorias morais modernas e contra o desprezo ao discurso ético-religioso. Com sua décima encíclica, João Paulo II provocou, em todo o mundo, os mais diversos rumores. Teólogos, bispos e movimentos leigos manifestaram-se em concordância ou crítica à nova carta papal.

Como conceber, no entanto, que *Veritatis Splendor* (VS) possa despertar reações negativas, exatamente sobre a compreensão de sua ética, tão afinada com a tradição? Não há novidades doutrinais no documento, que se propõe discutir o patrimônio moral da Igreja, e o faz com fidelidade à sua herança antiga e ao medievalismo a que pertence até hoje. Portanto, não procede a hipótese de anacronismo em sua pregação, exceto para os incautos, desabituados com o discurso que este pontificado quer reforçar.

É imprudente a abordagem de um discurso moral sem considerar a dinâmica de poder que o envolve. Neste ensaio, colocam-se em pauta alguns aspectos do conteúdo ético de VS e levanta-se uma chave de interpretação, que pensa mecanismos de um poder com representação jurídica diluída.

Em busca dos universais perdidos

Examinando-lhe o perfil, fica claro que VS não vem exortar as "consciências e propor os valores, nos quais depois cada um inspirará, de forma autônoma, as decisões e as escolhas da vida" (Cf. art.4). Ao contrário, coloca-se contra o relativismo moderno, afirmando a universalidade de normas morais permanentes, que devem adquirir formulações mais adequadas aos diversos contextos capazes de lhes imprimir a atualidade histórica e fazer interpretar a verdade absoluta. As normas permanecem válidas em sua substância, mas devem ser precisadas conforme as circunstâncias históricas do Magistério da Igreja (art.48). Não nega que o homem existe dentro de uma cultura particular, mas há algo que transcende as culturas: a natureza humana (Cf. art.53). Ela constitui medida das culturas, evitando o aprisionamento a qualquer uma. É a dignidade da pessoa humana que dá caráter universal à lei moral.

O papa denuncia que a exigência moderna de autonomia propiciou uma ética de individuação, em que os critérios morais estão sob o juízo de uma razão autônoma (Cf.art. 32). Tal disposição contraria a doutrina que assume o paradoxo de que o afastamento do referencial divino provocaria a morte da verdadeira liberdade. "A justa autonomia da razão prática significa que o homem possui em si mesmo a própria lei, recebida do Criador, mas a autonomia da razão não pode significar a criação por parte da mesma razão, dos valores e normas morais." (art.39). O fundamento bíblico para esta questão encontra-se no livro do Gênesis (2.16-17), onde o Criador permite que o homem coma de quase todos os frutos do Jardim.

Quando a carta diz que, uma liberdade, que se pretenda absoluta, acaba por tratar o corpo como dado bruto, está reagindo contra os frutos da investigação da recente biologia médica e das teorias sobre o desejo. Lista como inadmissíveis: a contracepção, a esterilização direta, a masturbação, as relações pré-matrimoniais, as relações homossexuais, a fecundação artificial (art. 47). "Rejeitando as manipulações da corporeidade que alteram o seu significado humano, a Igreja serve o homem, indicando-lhe o caminho do verdadeiro amor, o único onde ele pode encontrar o verdadeiro Deus" (art.50). Este tipo de argumentação, que afirma a liberdade limitada a preceitos positivos, é a tática para a tolerância do poder. "O poder, como puro limite traçado à liberdade, pelo menos em nossa sociedade, é a forma geral de sua aceitabilidade" (Foucault, M. *História da sexualidade v.1: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, p.83).

Fica nítida a ruptura com o pensamento moderno, em que a ética *kantiana* prega que a máxima de uma conduta deva ser tal, que possa ser universalizada. Para substituir esta fórmula, VS invoca a filosofia tomista da "lei natural", segundo a qual a criação racional está sujeita à divina providência. Por isso, ela participa da Razão eterna. Esta participação é chamada lei natural (art. 47).

Foi necessária, contudo, a explicação de aspectos dos mandamentos proibitivos para fazê-los mais aceitáveis. Os preceitos negativos da Lei, como aqueles que foram exemplos dados por Jesus ao jovem rico (Mateus 19.17-18): "Não matarás, não cometerás adultério, não roubarás, não levantarás falso testemunho", resguardam a harmoniosa relação ética, e são válidos como o mandamento do amor a Deus e ao próximo. Não é que as proibições sejam tomadas como mais importantes. "Enquanto é sempre moralmente ilícito matar, pode ser lícito, louvável ou até mesmo obrigatório dar a própria vida" (art. 50). A relevância encontra-se na abrangência da lei negativa, válida em qualquer circunstância: o homem pode ser impedido de levar a cabo uma ação boa, mas jamais ser obrigado a fazer algo de mal (Cf. art.52).

Por que um documento sobre a moral cristã no final do século XX? Seria correto afirmar que há uma nostalgia do gigantismo católico, que confronta-se com a modernidade

Enfim, de que depende a qualificação moral do livre agir do homem? Será a intenção do sujeito que age, as circunstâncias do seu agir, o próprio objeto do seu ato? Recorrendo a uma longa reflexão em que se discute a existência dos atos intrinsecamente maus, a VS mostra que um ato só é bom quando a intenção, o objeto, meios e conseqüências forem bons (Cf. arts. 79-83).

Levantando a guarda

A carta tem destinatário específico: os bispos. Porém, até d. Lucas Moreira Neves admite seu alcance para um bilhão de fiéis e para toda a humanidade, sem que haja constrangimento com tamanha violação de correspondência. Gracejos à parte, quando o papa "se dirige ao Episcopado" restrige o diálogo, extrapolando limites de "interpelação". O recado serve a todos, sem que se dirija a todos.

É sugestivo flagrar, na conclusão de uma encíclica tão contundente em seus parâmetros axiológicos, a invocação de Maria, Mãe de Misericórdia. Um símbolo tão nítido do catolicismo, afirmada como compadecida e exemplo de vida moral, só pode objetivar a demarcação de identidade. Parte de uma política que ressalta as diferenças sob a prepotência fechada ao diálogo ecumênico.

Moral da história...

O que está em jogo? Fundamentos da verdadeira moral? Por que um documento sobre a moral cristã no final do século XX? Seria correto afirmar que há uma nostalgia do gigantismo católico, que confronta-se com a modernidade, conforme sugeriu Clodovis Boff (*Vermelho e Branco*, nov. 1993, p.5)? Ou será válida a hipótese de que não sendo fácil a aceitação desse discurso, assim mesmo, por isso mesmo, a Encíclica não é banal, nem dispensável a uma estratégia de poder que se exerce por si mesma?

Está claro que é imperativa a discussão sobre a crise moral no bojo da secularização. Está nítido o confronto com o *ethos* da cultura moderna. É evidente a disposição crítica aos desvios das teologias morais. Estes são objetivos sinceros e assumidos. As intenções explícitas do documento não escondem os recursos de um dispositivo político mais amplo.

O grande mérito desse discurso foi fazer com que as reações positivas e negativas à postura moral da Igreja fomentassem a discussão em torno de seus conceitos. As controvérsias provocadas com seu lançamento; a especulação da imprensa em torno de um possível retrocesso ao Concílio Vaticano II; o desconforto para o episcopado; tudo leva a crer em um poder exercido "de cima" para cercear, proibir, coibir.

O Vaticano tem que ficar o tempo todo reforçando a crença em sua autoridade. Lembrar quem é que salvaguarda a verdade, e portanto, quem detém o poder. Caso contrário, qualquer dia, não haverá mais sentido falar em "crise" de autoridade.

E mais, tal discurso não suspende, mas instiga a catequese "mais insubordinada", ou "progressista", que se levanta para precisar posições e colocar-se em defesa das supostas ofensivas da hierarquia. E assim, um "embate" entre "correntes pastorais" se revitalizaria, enquando é sabido que há mais univocidade na Igreja do que divergências conceituais.

E se há confronto de forças entre a Igreja Católica e a modernidade, há também alianças. E não alianças somente com idéias filosóficas, ou com uma abstração axiológica, mas com suas instituições. Os projetos de evangelização que se aliam às forças da modernidade, sejam reativos ou progressistas, implicam agenciamento muito mais potente. O catolicismo, de um jeito ou de outro, sai fortalecido.

A proposta que se infere não parte de crítica apressada, nem de indiferença, mas ruptura com a totalidade conceitual marcada pelo platonismo. Objetiva privilegiar uma economia de poder, para demarcar mecanismos mais complexos que uma teoria do poder repressivo pode supor.

César Roberto de Vasconcellos Lapa é filósofo e integrante da equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Nova Era e a batalha no mercado dos bens simbólicos

Marcos Alves da Silva

De uma maneira persistente e de forma impressionante, a temática da Nova Era tem ocupado espaço na pauta dos temas considerados pelos evangélicos e também agora pelos católicos.

Desde os centros urbanos até as menores vilas do interior, a Nova Era é tematizada. Nesse caso, o trato que se dá à matéria tem um caráter combativo e de apologia da genuína fé cristã diante de um grave erro a que o povo estaria sendo induzido. De tal forma que o conceito Nova Era batiza o mais novo e terrível inimigo da fé cristã. Essa postura, obviamente, é reacionária no sentido etimológico do termo.

Surgem, então, algumas perguntas: contra o que ou contra quem estes segmentos do cristianismo estão lutando? Qual a razão para tanta apreensão? O que é que se teme? Por que surgem as atitudes belicosas? E, afinal, o que é Nova Era?

Este tema comporta abordagens diversas, mas, no limite deste artigo, gostaríamos apenas de "pinçar" alguns elementos.

Mudança de paradigmas

Hoje está mais claro que, há décadas, o racionalismo, o positivismo da ciência, enfim, o modelo cartesiano de conhecer o mundo e aquilo que foi intitulado "realidade" está em franca decadência. O pêndulo faz agora o percurso inverso e a ênfase recai sobre o intuitivo, a subjetividade, a espiritualidade, o afetivo, etc, basicamente em todos os campos do saber e do fazer humano.

A religiosidade, que estava em baixa na cotação dos meios acadêmicos e da chamada intelectualidade esclarecida, ganhou novos contornos e novo "status" e é cultivada "desavergonhadamente".

Gente, antes incrédula, parece estar tomada pela descoberta de um mundo — o do espírito — que não conhece fronteiras, muito menos as geográficas. Assim, buscando expressões e formas em diversas religiões e filosofias orientais, procuram realizar sua experiência religiosa fora das estruturas institucionais. Muitos agnósticos, ateus, materialistas históricos, marxistas, trotskistas e outros tantos militantes dos anos de 1960 e 1970 que torciam o nariz e fechavam a cara quando se falava no "ópio do povo", na religião, hoje passam horas em profunda meditação, "cultivando o seu lado espiritual". Não vai aqui nenhum juízo de valor, mas tão somente uma constatação.

Necessariamente, todo movimento tende a cristalizar-se e a experiência de uma religiosidade sincrética tende à formalização e à institucionalização. Os indivíduos se agrupam e o que era uma experiência religiosa passa a ser também expressão, ou religião. Hoje, muitos daqueles que desejavam viver uma experiência religiosa sem limites, aberta, estão enquadrados em grupos que até já ostentam um discursos hermético, cheio de jargões e de maneirismos. Diria mesmo que esses grupos não estão livres do sectarismo e do dogmatismo que apontam nas outras confissões.

O fim do milênio: o apocalipsismo e o messianismo

Curiosamente o ser humano marca o tempo e empresta a essa mera marcação um poder que lhe passa a ser inerente. Ano 2000 é só uma referência hipotética, que não está na natureza mesma das coisas. Mas, quem disse que o homem vive neste mundo? Ele vive num mundo criado pela sua imaginação: isto é a cultura. Por que as passagens dos séculos se tornam mais enigmas? Por que agoura-se tanta coisa para o final do milênio e o início de outro? Nessa batalha de bens simbólicos, tanto os combativos "protetores da fé cristã" como seus arquiinimigos da *New Age* se potencializam: numa perspectiva "apocalipsista" estão os primeiros e numa perspectiva messiânica, os segundos.

Muitos segmentos evangélicos, e agora também alguns católicos, tecem verdadeiras teorias apocalípticas, encontrando na Nova Era o anti-Cristo e a Besta. Por intermédio de uma hermenêutica simplória e uma visão conjuntural limitadíssima, aplicam textos bíblicos aqui e ali para combater aquilo que elegeram o maior inimigo das igrejas cristãs. Esse combate é tão intenso que desce ao nível dos signos: alguns desenhos ou formas são identificadas com o mal, como as pirâmides, o símbolo do Tao, etc. A batalha se trava em nível simbólico. As identificações falam ao ridículo, como por exemplo, citar a Unesco como estratégia de ação da Nova Era. Como o "inimigo" tem que ser claramente identificado, essa nova religiosidade que é vivida de forma tão difusa e não convencional é transubstanciada e entendida como orquestração mundial planejada. É preciso um inimigo claro a combater.

Para o mundo protestante é relativamente fácil a explicação deste fenômeno, pois o protestantismo brasileiro sempre definiu sua identidade pela negação. Como confissão minoritária, formou seu perfil em contraposição ao catolicismo romano: o protestante era, então, tudo o que não era católico. Com as experiências ecumênicas e as aproximações como o estudo da Bíblia, movimento carismático, etc, a definição pela contradição com o catolicismo se arrefeceu. Foi a vez do comunismo ser elevado a inimigo mor. A queda recente do chamado socialismo real quase fez muita gente perder o emprego... Era necessário aos evangélicos buscarem um novo inimigo com que se confrontar, para traçar e reafirmar sua identidade. Cremos ser esta uma hipótese plausível.

Quanto à preocupação que começa a surgir no meio católico, certamente advém do cuidado com o institucional, pois tanto perde adeptos para as igrejas pentecostais como para a "religiosidade sem religião" que muitos chamam de Nova Era. Aliás, Nova Era, convenhamos, é um termo impreciso e equívoco. Toma sentidos diferentes conforme é usado por esta ou aquela pessoa. Debaixo desse "guarda-chuva" cabem coisas mais diversas visto que não existe um movimento, grupo ou seita organizada que possa levar esse nome, como querem alguns. O que há é a potencialização da perspectiva messiânica, por grupos que tendem a se tornar seitas da chamada era de Aquário, os quais anunciam o fim da era de Peixes. É um discurso similar aos já havidos na história do cristianismo; carregado de triunfalismos, com prognósticos otimistas de mudanças no interior dos seres que entrarão em plena harmonia e daí a conseqüente realização do paraíso.

Tanto o apocalipsismo combativo como o messianismo ufanista *New Age* beiram a mediocridade religiosa. A paranóia de constituir inimigos e o sincretismo, aparentemente ridículo que se mune de ritos, amuletos, duendes e outros recursos, constituem-se lados de uma mesma moeda: o enigma que o homem cria inexoravelmente em torno do fim de um tempo, do fim dos tempos e do fim de seu próprio tempo.

Exorcizando a paranóia e recuperando a espiritualidade

Se existe coisa quixotesca é a luta contra a chamada Nova Era, um inimigo indeterminado e impreciso. Assim, atiram para todos os lados e acertam os alvos mais incríveis, por conta de Nova Era: entram nessa "linha de tiro" órgãos como a ONU, Unesco, Comunidade Econômica Européia, entidades ecológicas, empresas como a Amway, etc. Uma verdadeira patologia religiosa. Se essa paranóia toda tem cura, só o tempo dirá...

De outro lado, a redescoberta da espiritualidade é algo riquíssimo para a humanidade. E esta não é patrimônio nem monopólio de determinados grupos cristãos. Necessitamos todos ter a humildade de aprender com o diferente. A esse propósito, nunca é demais lembrar a sábia palavra de um homem profundamente cristão, d. Hélder Câmara:

Se discordas de mim, tu me enriqueces.
Se és sincero
e buscas a verdade
e tentas encontrá-la como podes,
ganharei
tendo a honestidade
e a modéstia
de completar com o teu
meu pensamento,
de corrigir enganos,
de aprofundar a visão...

O medo e o ódio ao diferente motivam hoje os piores pecados da humanidade: a xenofobia e as guerras étnicas, temperadas com o rancor religioso. A recuperação da espiritualidade passa certamente pelos caminhos da *oikoumene*, que continua sendo nosso sonho maior.

Marcos Alves da Silva, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, é vice-presidente do CEBEP e coordenador da Celadec-Região Brasil.

ENTRE CÉSAR E MAMMON

O desafio pastoral do neoliberalismo

Dennis A. Smith

O neoliberalismo sustenta que a livre competição num mercado aberto produzirá uma sociedade eficiente e produtiva. Para os economistas neoliberais, "se em uma sociedade se incentiva cada um dos indivíduos que a integram para se lançarem livremente em busca da maior utilidade individual, será alcançada a máxima eficácia produtiva possível, fazendo coincidir o interesse individual com o interesse social". Ou seja, a competição desenfreada, impulsionada pela avareza, tem que nos levar à justiça social!

Em termos de política macroeconômica, uma proposta essencial do neoliberalismo é a privatização dos serviços públicos. Sob a tese de que a empresa privada é menos corrupta e mais eficiente que os governos, o patrimônio de muitas nações tem sido entregue às suas respectivas elites a preços de banana. No entanto, permanecemos à espera de melhores serviços!

Na América Latina, como em muitas partes do mundo, serviços públicos como a saúde, a educação e o transporte têm sido há muito tempo subvencionados pelo Estado. Outros serviços básicos como energia elétrica, água e serviço telefônico têm sido administrados por monopólios estatais. Teoricamente, estes serviços, por fazerem parte do patrimônio nacional, têm que ser administrados pelo Estado para o bem comum. Na prática não é assim. Décadas de corrupção, nepotismo, falta de investimento em infra-estrutura e má administração têm deixado hoje a maioria da população latino-americana com menos acesso a esses serviços públicos do que há vinte anos.

Mesmo reconhecendo que o Estado tem fracassado estrepitosamente em prover tais serviços, tampouco vemos a privatização como uma esperança. De acordo com os neoliberais, a privatização tem que resultar em melhores e mais amplos serviços públicos, porque os expõe às forças do mercado, ou seja, à competição. O problema é que as oligarquias latino-americanas que estão comprando esses serviços têm lutado por muito tempo contra um mercado aberto. Elas têm-se consolidado em monopólios precisamente para não ter que entrar em competição nacional e converter seu poder econômico em influência política para deixar sem efeito a legislação trabalhista e ecológica vigente, para escapar dos impostos, e para fechar as fronteiras à competição internacional. Ou seja, ao privatizar, estaremos passando de monopólios estatais a monopólios privados. E em uma cultura de impunidade, não existem mecanismos adequados para assegurar que os novos donos cumpram o prometido.

Como cristãos, há que nos chamar a atenção o papel da competição desmedida (leia-se avareza) neste sistema econômico. O testemunho bíblico e o ministério de Jesus nos apresentam uma série de princípios básicos para as relações econômicas, por exemplo:

- Toda riqueza e autoridade procede de Deus (Lev 25.23; Rm 13.1). Por isso, os que se aproveitam da riqueza e da autoridade para fins opressores e egoístas terão que prestar contas ao povo e a Deus mesmo (Êx 3.7-8; Is 5.5-13, 10.1-4; Am 2.6-8; Mq 3.1-4, 9-12; Tg 5.1-6).
- Com freqüência, a riqueza e o poder se convertem em ídolos que vitimam os pobres e destroem os ricos e poderosos (Hc 2.5-20; Mc 10.23-27, Lc 12.13-15).
- Os ricos e poderosos têm a obrigação de servir e proteger os fracos e excluídos (Dt 10.17-19; I Jo 3.17). No entanto, muitos ricos e poderosos têm acumulado seus bens por meio de mentiras e de opressão (Is 3.14; Jr 5.26-27).
- A vida e a dignidade da pessoa mais humilde vale mais que toda a riqueza do mundo (Sl 8; Mt 6.25-34).

Eu me pergunto: é possível ser participante do sistema neoliberal como tal e como se está implementando na América Latina hoje e manter fidelidade a estes princípios fundamentais de nossa fé cristã?

A prática do neoliberalismo: a avareza como artífice do progresso social

Reconhecemos que a competição nem sempre tem que ser nociva. Entretanto, pressupõe que sempre deve haver ganhadores e perdedores. Neste caso, não estamos falando de uma partida de futebol, mas de um sistema socioeconômico em que os ganhadores sobrevivem e os perdedores, não. Estamos falando de um darwinismo social, uma lei do mais forte, que outorga a alguns uma vida luxuosa enquanto condena outros, a maioria, à miséria.

Na década de 1980 no Cone Sul, vários analistas sociais começaram a falar do "terço excluído". Eles assinalaram que os mesmos governos, na hora de implantarem as tarefas sociais, somente se propuseram prestar serviços básicos a dois terços da população. Segundo seus cálculos, não dava para mais! Noutros países a proporção se inverte.

Douglas Mansur

Com o sistema neoliberal, as maiorias estão mais excluídas do que nunca

Os governos se propõem a prestar serviços básicos unicamente à terça parte da população.

Dessa forma, um dos elementos mais devastadores e antievangélicos do neoliberalismo é a institucionalização da tendência já existente de somente prover de serviços públicos uma minoria privilegiada da população. Segundo os projetos econômicos oficiais vigentes, as maiorias excluídas, filhas e filhos de Deus, não existem! Já que não contam com muito poder aquisitivo, essas maiorias, que sempre têm tido pouco acesso aos serviços públicos, estão agora mais excluídas do que nunca.

O neoliberalismo também possui uma ênfase desumanizante no consumismo. A cultura do *shopping mall* tem invadido a América Latina. Na sociedade de consumo, ser é consumir. O valor do indivíduo está estreitamente ligado ao fato de ostentar bens de marcas reconhecidas. A sociedade de consumo está muito ligada à penetração e ao domínio dos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão.

O discurso político dos neoliberais

O discurso político dos neoliberais é o da modernização, moralização e democratização. Nos últimos anos os políticos neoliberais têm-se apresentado como a nova e verdadeira alternativa que reformará as apodrecidas democracias latino-americanas. A eleição desses políticos demonstrou que muitos latino-americanos confiaram, ainda que temporariamente, nessa alternativa. No entanto, as experiências de Fernando Collor de Mello (Brasil), Jorge Serrano Elias (Guatemala) e Carlos Andrés Pérez (Venezuela), todos devotos do neoliberalismo, demonstram que a prática não coincidiu com o discurso.

Entretanto, os temas da modernização, moralização e democratização continuam vigentes. São temas urgentes, não somente para a administração pública, mas também para os milhares de grupos populares e ONGs que buscam servir e representar os excluídos latino-americanos. A crise política que nossa sociedade vive atualmente apresenta-se como uma oportunidade sem precedentes para avaliarmos nosso próprio comportamento.

Nossos grupos são participativos e respondem às verdadeiras necessidades dos excluídos?

Hoje em dia, todos estamos enfrentando uma crise de valores. Temos deixado para trás um mundo muito mais sensível em que tínhamos bem clara a diferença entre o bem e o mal. Como se hoje só nos restasse selecionar tons cinzentos. Aí estão o individualismo e o materialismo da sociedade de consumo. Aí está a voz sedutora do autoritarismo. Vemos a corrupção dos ricos e poderosos e vemos que nada lhes pesa.

O desafio que temos adiante é grande. Em alguns casos, temos que recuperar uma verdadeira vocação evangélica de serviço, recordando a sensibilidade e honradez de nossas mães e pais espirituais. Em outros casos, temos que criar uma mística evangélica nova, partindo do vazio ético que temos herdado de igrejas petrificadas. Em todos os casos temos que nos manter sensíveis à voz de Deus que nos fala da periferia da nossa sociedade. Temos que abrir nossos olhos ao rosto de Jesus refletido nos rostos dos excluídos.

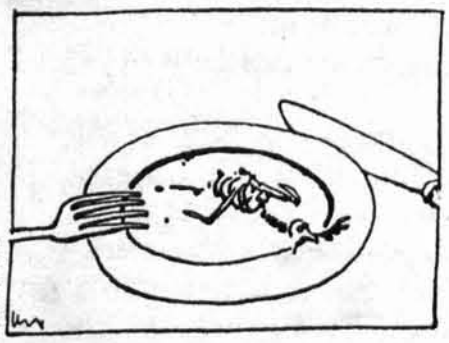
Não podemos esperar que a classe política, os militares e a oligarquia tomem a iniciativa. Se pretendemos oferecer um exemplo ético e moral à sociedade, devemos aproveitar esta conjuntura para reconhecer e retificar nossas falhas. O apóstolo Paulo nos aconselha que não devemos seguir "a corrente do mundo em que vivemos, mas transformar-nos pela renovação das mentes. Assim saberemos qual é a vontade de Deus, o que é bom, o que lhe agrada, o que é perfeito (Rm 12.2).

Dennis A. Smith, missionário leigo da Igreja Presbiteriana (EUA) na Guatemala desde 1978, é coordenador geral do Centro Evangélico Latino-Americano de Estudos Pastorais (CELEP).

Extraído da Revista de Religião e Sociedade, n. 8, Guatemala, outubro-dezembro 1993.

Pensamentos sobre a falta atual de alimentos

A fome nunca esteve tão presente nas mentes dos brasileiros como nos últimos meses. O motivo foi a deflagração de uma campanha nacional para combatê-la. CONTEXTO PASTORAL resgata um texto que completará em breve 221 anos e traz a reflexão do fundador do Metodismo, John Wesley, sobre temas que fazem pensar que o passado não existe mas é presente.


Len Munnik

Recentemente muitos artigos excelentes têm sido publicados sobre a atual falta de alimentos, com suas causas apontadas por homens de experiência e reflexão, mas será que não falta algo nestas publicações? Um escritor aponta uma causa, outro aponta outra. Porém, quem indica como cada causa em particular influi no preço de cada alimento e como estas causas em conjunto produzem resultados tão tristes? Voluntariamente ofereço a homens abertos e benevolentes, algumas idéias sobre este importante assunto, propondo algumas questões e acrescentando a cada uma delas o que parece ser a resposta óbvia e direta.

I. Primeiro pergunto: por que milhares de pessoas estão morrendo de fome em toda a nação? Que é um fato eu sei, pois o tenho visto com meus próprios olhos por todo canto da terra. Conheço pessoas que só podem comer uma refeição um dia sim, outro não. Conheço outra pessoa que embora há poucos anos tivesse todas as conveniências da vida, hoje cata do esterco larvas fedorentas e as leva para casa para repartir com os filhos. De uma terceira ouvia inocente declaração: "De fato estava quase desmaiando e tão fraca, que quase não podia andar, até que o meu cachorro, não achando nada em casa, saiu e trouxe de volta um osso em estado relativamente bom, o qual tirei da sua boca e fiz um bom jantar". Hoje este é o caso de multidões, numa terra transbordando, por assim dizer, de leite e mel, abundante de todas as necessidades, conveniências, superfluidades da vida! Então, por que é assim? Por que tantos não têm nada para comer? Por que muitos não encontram nada para fazer? A razão de não terem nada para comer é a falta de emprego.

II. Mas, por que não têm emprego? Porque os ex-patrões não podem mais mantê-los. Não podem empregá-los porque não têm mercado para seus produtos; os alimentos são tão caros que a maioria do povo não pode comprar quase mais nada.

III. Mas, por que os alimentos são tão caros? Particularmente, por que a farinha está tão cara? Deixando de lado razões parciais, a causa principal é que enormes quantidades de milho são usadas para fabricar bebida. Juntando todos os fabricantes da Inglaterra, temos razão para crer que um pouco menos da metade do trigo produzido no reino, cada ano, é consumido na fabricação desse perigoso veneno; veneno que naturalmente destrói, não somente a força física e a vida, mas também os valores morais de nossos compatriotas.

Esse fato pode ser rejeitado: "Isto não é possível. Sabemos pelo imposto pago quanto milho é destilado!" Sabemos mesmo? Não haverá dúvida de que todo o imposto é pago sobre o milho que é destilado? E que dizer do grande número de alambiques particulares que não pagam qualquer imposto? Eu mesmo já ouvi um empregado de um eminente destilador ocasionalmente declarar que para cada litro, sobre o qual pagou imposto, ele destilou seis sobre os quais não pagou nada. Sim, já ouvi destiladores afirmarem: "Temos que fazer isto para sobreviver". Logicamente, então não podemos julgar pelo imposto pago quanto milho é usado na fabricação de bebida.

IV. Mas, e a aveia, por que é tão cara? Porque o número de cavalos para carruagens e charretes particulares é quatro vezes maior do que era quatro anos atrás. Se não se produz quatro vezes mais aveia do que se produzia há quatro anos, o preço não pode ser o mesmo. Se apenas duas vezes da quantia é produzida, obviamente o preço dobrará.

O aumento do preço de um cereal sempre aumenta o de outros; o alto preço do trigo e da aveia também causa o aumento do preço da cevada.

V. Por que as carnes de boi e de carneiro são tão caras? Porque muitos fazendeiros que criavam grandes rebanhos de ovelhas e de gado, ou ambos, agora não criam nada. Eles podem melhor aproveitar a terra criando cavalos para exportação.

VI. Mas por que o porco, as aves domésticas e os ovos são tão caros? Por causa da monopolização das fazendas; talvez o monopólio mais diabólico jamais introduzido neste reino. A terra que alguns anos atrás era dividida entre dez ou vinte pequenos posseiros e que lhes permitia sustentar suas famílias confortavelmente é agora englobada por um grande fazendeiro. Um fazendeiro tem agora um patrimônio que anteriormente sustentava dez ou vinte famílias. Cada uma delas tinha porcos e aves domésticas que voluntariamente enviavam ao mercado. Os mercados, portanto, eram abastecidos e a abundância mantinha os preços ao alcance do povo. Os fazendeiros, entretanto, não se importam com isso.

O luxo é outra coisa, a mais terrível de todas, a mais destrutiva da felicidade pessoal e social. Por que não somente a carne de boi, o carneiro e o porco, mas também todos os tipos de alimentos são tão caros? O que pode vencer o luxo? É só examinar a cozinha dos poderosos, dos nobres e da corte, quase sem exceção, e, observado o surpreendente desperdício, não mais se admirará da escassez, e do resultante alto custo daquilo que eles com tanta agilidade destroem.

VII. Mas, por que a terra está tão cara? Porque pelas razões acima, a aristocracia não pode viver da forma que está acostumada, sem aumentar sua renda, o que a maioria só pode fazer aumentando os aluguéis. Assim, o posseiro, pagando mais aluguel pela terra, precisa ganhar mais pelos produtos. Isto, por sua vez, aumenta o preço da terra e assim a roda gira.

VIII. Mas, por que os impostos são tão altos? Por causa da dívida nacional. Eles têm que ser mantidos altos enquanto a dívida existir. Ouvi dizer que o orçamento nacional setenta anos atrás era, em tempos de paz, aproximadamente três milhões de libras por ano. Agora, só os juros da dívida pública são quatro milhões por ano!

Resumindo então: milhares de pessoas em toda a terra estão morrendo por falta de alimentos. Isso é devido a diversas causas mas, acima de tudo, à fabricação de bebida, aos impostos, ao luxo.

Aí está o mal e as inegáveis causa dele. Mas, onde está o remédio?

Talvez exceda a sabedoria humana dizer. Mas não seria um erro oferecer algumas sugestões no assunto.

1. Qual o remédio para curar esta úlcera maligna para as milhares de pessoas morrendo de fome? Arranjar emprego para elas, e elas acharão o seu sustento.

2. Mas como a aristocracia pode arranjar-lhes emprego sem se arruinar? Procure um mercado para o seu produto e os patrões lhe darão emprego de sobra. E isto se faz diminuindo os preços dos alimentos, pois assim o povo terá também dinheiro para outros produtos.

3. Mas como reduzir o preço do trigo e da cevada? Proibindo para sempre, acabando completamente com aquela praga à saúde, aquela destruidora da força humana, da vida, e da virtude, que é a fabricação de bebida! Isto em si provavelmente resolveria quase tudo. O preço do milho abaixaria pelo menos um terço.

4. Como reduzir o preço da aveia? Reduzindo o número de cavalos. E seria possível fazer isto (sem prejudicar o lavrador, o carroceiro, ou quaisquer outros que empregam cavalos no seu trabalho): a) estabelecendo um imposto de dez libras sobre cada cavalo exportado para a França; b) estabelecendo um imposto sobre as carruagens da aristocracia.

5. Como reduzir o preço da carne de boi e de carneiro? Aumentando os rebanhos de ovelhas e gado. E isto aconteceria sete vezes mais, se o preço dos cavalos fosse diminuído.

6. Como reduzir o preço do porco e das aves domésticas? Primeiro, não arrendando terras a preço superior a cem libras por ano; segundo, diminuindo o luxo por lei e por exemplo, ou por ambos.

7. Como reduzir o preço das terras? Por todos os modos acima mencionados, visto que cada um contribui para diminuir as despesas de capital, especialmente o último — restrição do luxo, que é a maior e a principal fonte de necessidade.

8. Como diminuir os impostos? Primeiro, acabando com a metade da dívida nacional, economizando desta maneira cerca de dois milhões de libras por ano; segundo, acabando com todas as ridículas pensões dadas a centenas de pessoas à toa, tais como as de governadores de fortalezas ou castelos, que nestes cem anos só abrigaram gralhas e corvos.

Mas isto será feito? Receio que não. Pelo menos não temos razão de esperar, sendo as Escrituras verdadeiras, de uma nação tal como esta, onde há tão profundo, declarado e completo desprezo a toda religião e não temor a Deus? Parece que resta apenas Deus atuando por sua causa. E, assim sendo, que caiamos nas mãos de Deus e não dos homens.

Lewisham, Inglaterra, 20 de fevereiro de 1773

John Wesley

Texto extraído de *The works of John Wesley*, Vol XI, p. 53-59.

Meditação

Páscoa — nem escravos nem mortos

Carlos Arthur Dreher

Qual é, de fato, a festa máxima da cristandade? Costuma-se dizer que é o Natal. E não há dúvida de que se trata de uma data importante. Celebra-se o milagre de Deus ter-se tornado um de nós, nascido pobre, deitado em cocho de comida de animais. Natal é, de fato, uma festa importante.

Não é, porém, a festa máxima da cristandade e sim aquela que está sendo preparada. É a Páscoa, a festa da libertação. Páscoa é o eixo central da Bíblia. Páscoa é o eixo da fé e da esperança do povo sofrido e humilhado.

Já, muito antes de Cristo, o povo judeu celebrava a festa da Páscoa. O próprio Jesus a celebrou com seus discípulos em Jerusalém, pouco antes de ser preso por aqueles que o levariam à morte (Lc 22.7-23). Essa festa marcava um acontecimento decisivo na história do povo judeu. Lembrava a saída do Egito, lembrava o êxodo (Êx 12).

No Egito, o povo de Deus havia sido reduzido à condição de escravo. Duramente os hebreus trabalhavam nas grandes construções de Faraó, ao compasso do chicote, à base da fome, da morte de seus filhos, à espera de sua própria morte.

Mas Deus viu a aflição de seu povo, ouviu o seu clamor, conheceu o seu sofrimento. Por isso desceu para libertá-lo do Egito, e dar-lhe uma terra que fosse sua, em que pudesse trabalhar para si mesmo, usufruindo de sua produção (Êx 3.7s). Com sinais e com milagres, Deus arrancou seu povo da mão de Faraó. E os escravos libertos comemoraram a Páscoa, a festa da passagem da escravidão para a liberdade, a festa da libertação.

Não foi por acaso que a morte e a ressurreição de Jesus tenham acontecido na semana em que os judeus celebravam a Páscoa. Pois, também em Jesus — e nele de modo muito mais definitivo — Deus viu e ouviu a aflição de seu povo e desceu para libertá-lo. Deus mesmo assumiu a cruz e a morte, carregou sobre si o pior sofrimento humano: o abandono, a marginalização, o desprezo, a dor, a morte violenta.

Ao se observar a cruz e pensar nela como um instrumento de tortura, pode-se entender como a cruz é cruel. Ter em mente que o crucificado teve as mãos e os pés varados por enormes cravos... que ficou lá pendurado muito tempo, depois de açoites e humilhações, para ir morrendo aos poucos!

Ao se observar a cruz, pode-se ouvir constantemente aquele grito horrendo, carregado de dor e de impotência: "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" A cruz de Jesus Cristo denuncia a crueldade da vida imposta a tanta gente. Ali na cruz, Deus se torna igual às crianças de rua, aos milhões de famintos, aos desempregados, aos camponeses sem terra, aos operários mal pagos, às mulheres oprimidas, às pessoas sem direitos, aos violentados e torturados, enfim, a toda sorte de deserdados que vão morrendo um pouco a cada dia. Ali, naquela cruz, estão todos eles, porque, na cruz Deus mesmo está definitivamente com eles.

Na cruz de Cristo, Deus derrota a crueldade da vida, ao derrotar a morte com a vida. Ao terceiro dia, o crucificado ressuscita. E, com sua ressurreição, Deus proclama, em voz alta, o seu sim à vida, o seu não à morte. A ressurreição de Jesus foi a palavra definitiva de Deus contra todas as cruzes do mundo. Por não querer a cruz para ninguém, Deus mesmo fez seu Filho ser pregado nela.

Isto é Páscoa. Deus não quer escravos nem mortos. Páscoa é passagem: da escravidão para a liberdade; da morte para a vida.

Estes dois eixos centrais da Bíblia, Êxodo e Cruz-Ressurreição, fazem da Páscoa a festa máxima para os que sofrem. Neles se celebra a libertação promovida por Deus na história; a partir deles nasce a esperança para lutar sempre, a fim de que não haja nem escravos nem mortos.

Símbolos da ressurreição

PELICANO
O pelicano simboliza o sacrifício de Cristo na cruz. Segundo a lenda, em tempos de comida escassa, o pelicano abre um buraco no próprio peito para alimentar os filhotes com seu sangue. Este símbolo era muito mais usado na Idade Média mas aparece em muitas igrejas cristãs de hoje. A lenda deve ter tido origem no fato de que os filhotes do pelicano comem da comida armazenada no grande papo que fica na parte mais baixa do bico da mãe.

PAVÃO
Na Igreja Primitiva, o pavão era um símbolo muito comum da ressurreição. Na época de muda, o pavão ganha novas penas, mais brilhantes do que as que ele perdeu. A beleza do símbolo é encontrada freqüente-

Carlos Arthur Dreher é biblista e pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Texto extraído de Coluna Bíblica (CEBI).